



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

EDITAL 01/2017 - NÍVEL MÉDIO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

BLOCO

A

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 08 (oito) páginas numeradas sequencialmente, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (09 questões), Raciocínio Lógico (08 questões), Legislação (08 questões), Conhecimentos Específicos (25 questões) e 01 (um) tema para redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva-a, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço correspondente.
- VIII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 02 (duas) horas após seu início.
- XIII. Os candidatos poderão levar seu Caderno de Questões somente após transcorridas 03h30m (três horas e trinta minutos) do início das provas.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Texto

Camelos e beija-flores...

(Rubem Alves)

A revisora informou delicadamente que era norma do jornal que todas as “estórias” deveriam ser grafadas como “histórias”. É assim que os gramáticos decidiram e escreveram nos dicionários.

Respondi também delicadamente: “Comigo não. Quando escrevo ‘estória’ eu quero dizer ‘estória’. Quando escrevo ‘história’ eu quero dizer ‘história’. Estória e história são tão diferentes quanto camelos e beija-flores...”

Escrevi um livro baseado na diferença entre “história” e “estória”. O revisor, obediente ao dicionário, corrigiu minhas “estórias” para “histórias”. Confiando no rigor do revisor, não li o texto corrigido. Aí, um livro que era para falar de camelos e beija-flores, só falou de camelos. Foram-se os beija-flores engolidos pelos camelos...

Escoro-me no Guimarães Rosa. Ele começa o *Tutameia* com esta afirmação: “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a história.”

Qual é a diferença? É simples. Quando minha filha era pequena eu lhe inventava estórias. Ela, ao final, me perguntava: “Papai, isso aconteceu de verdade?” E eu ficava sem lhe poder responder porque a resposta seria de difícil compreensão para ela. A resposta que lhe daria seria: “Essa estória não aconteceu nunca para que aconteça sempre...”

A história é o reino das coisas que aconteceram de verdade, no tempo, e que estão definitivamente enterradas no passado. Mortas para sempre. [...]

Mas as estórias não aconteceram nunca. São invenções, mentiras. O mito de Narciso é uma invenção. O jovem que se apaixonou por sua própria imagem nunca existiu. Aí, ao ler o mito que nunca existiu eu me vejo hoje debruçado sobre a fonte que me reflete nos olhos dos outros. Toda estória é um espelho. [...]

A história nos leva para o tempo do “nunca mais”, tempo da morte. As estórias nos levam para o tempo da ressurreição. Se elas sempre começam com o “era uma vez, há muito tempo” é só para nos arrancar da banalidade do presente e nos levar para o tempo mágico da alma.

Assim, por favor, revisora: quando eu escrever “estória” não corrija para “história”. Não quero confundir camelos e beija-flores...

1) O texto de Rubem Alves é uma crônica. Ao compará-lo com as características desse gênero, só NÃO é correto afirmar:

- O texto assume um caráter narrativo em função, inclusive dos personagens.
- O texto assume um caráter poético, simplesmente, em função da referência que faz ao camelo e ao beija-flor.
- A pergunta retórica “Qual é a diferença?” (5º§) funciona como um convite à reflexão do leitor.
- Embora apresente uma linguagem mais subjetiva, pode-se apreender, com clareza, a defesa de um posicionamento.
- Em “A história nos leva para o tempo” (8º§), a presença da primeira pessoa do plural no pronome funciona como estratégia de aproximação com o leitor.

2) Ao confrontar “estórias” e “histórias”, o texto estabelece pares antitéticos com palavras ou expressões. Assinale a opção em que, respectivamente, essa oposição NÃO se evidencia.

- “beija-flores” / “camelos”.
- “coisas que não aconteceram nunca” / “coisas que aconteceram de verdade”.
- “tempo do nunca mais” / “era uma vez, há muito tempo”.
- “tempo da ressurreição” / “tempo da morte”.
- “mito de Narciso” / “referência a Guimarães Rosa e ao *Tutameia*”.

3) Em “Quando escrevo ‘estória’ eu quero dizer ‘estória’. Quando escrevo ‘história’ eu quero dizer ‘história’.” (2º§), ocorrem dois períodos. Quanto ao correto emprego da pontuação, de acordo com a Norma, faz-se um comentário adequado em:

- O primeiro ponto final deveria ser substituído por uma vírgula.
- Deveria haver uma vírgula antes de cada uma das duas ocorrências do pronome “eu”.
- Seria obrigatório o emprego de um ponto e vírgula no lugar do primeiro ponto final.
- Depois de cada uma das duas ocorrências do verbo “dizer” deveria ser empregada uma vírgula.
- Caso o primeiro ponto fosse suprimido, não haveria prejuízo para a estrutura sintática do período.

4) O emprego do pronome demonstrativo em ‘Ele começa o *Tutameia* com esta afirmação:’ (4º§) está correto uma vez que:

- é catafórico e antecipa a informação que será apresentada.
- faz referência temporal e reporta a um tempo específico.
- é anafórico e resgata um referente anteriormente citado.
- cumprir função espacial indicando a proximidade do emissor.
- indica uma referência textual genérica sem necessidade de especificação.

Considere o fragmento abaixo para responder às questões 5, 6 e 7.

“A resposta que **lhe** daria seria: “Essa estória não aconteceu nunca para que aconteça sempre...” (5º§)”

5) O pronome destacado cumpre papel coesivo, mas também sintático na oração. Assim, sintaticamente, ele deve ser classificado como:

- adjunto adnominal.
- objeto direto.
- complemento nominal.
- objeto indireto.
- predicativo.

6) O emprego do futuro do pretérito do indicativo cumpre um papel expressivo no trecho. Isso porque, no contexto, sinaliza ações:

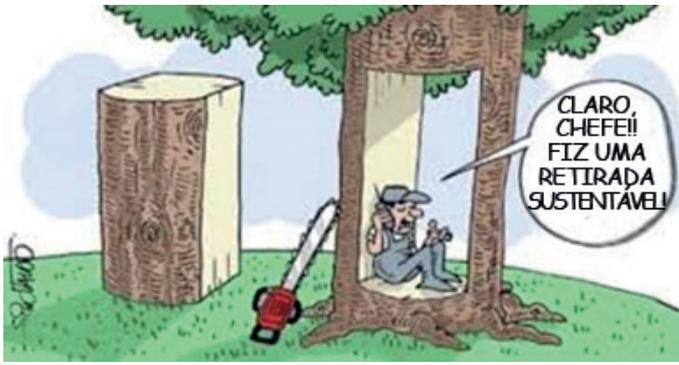
- passadas ocorridas em um momento específico.
- do presente que se relacionam com o passado.
- presentes apontando para o futuro.
- do passado que continuam até o presente.
- futuras que não serão realizadas.

7) No último período, ocorre um jogo de palavras entre os advérbios explicitando a seguinte figura de linguagem:

- ironia.
- eufemismo.
- paradoxo.
- personificação.
- antítese.

8) A oração destacada em “Confiando no rigor do revisor, não li o texto corrigido.” (3º§), está na forma reduzida e introduz, em relação à principal, o valor semântico de:

- causa.
- concessão.
- consequência.
- condição.
- conformidade.



- 9) O humor do texto orienta-se pela relação entre os elementos verbais e não-verbais. Quanto aos primeiros, destaca-se a ambiguidade, ou seja, a possibilidade de mais de uma interpretação do seguinte termo:
- “claro”.
 - “chefe”.
 - “fiz”.
 - “retirada”.
 - “sustentável”.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 10) Sendo p : A certidão foi elaborada e r : a publicação foi digitada, proposições lógicas, tem-se que $(\sim p \vee r) \wedge (\sim r \vee p)$ é equivalente a:
- Se a certidão foi elaborada, então a publicação foi digitada
 - A certidão foi elaborada se, e somente se, a publicação foi digitada
 - p condicional r
 - A certidão foi elaborada ou a publicação foi digitada
 - A certidão não foi elaborada se, e somente se, a publicação foi digitada
- 11) Sabe-se que se o prazo não foi cumprido, então o julgamento foi cancelado. Se o julgamento foi cancelado, então o acusado solicitou audiência com o juiz. Considerando que o acusado não solicitou audiência com o juiz, pode-se afirmar que:
- O julgamento foi cancelado
 - O prazo não foi cumprido e o julgamento não foi cancelado
 - Se o julgamento não foi cancelado, então o prazo não foi cumprido
 - O prazo foi cumprido e o acusado não solicitou audiência com o juiz
 - Se o acusado não solicitou audiência com o juiz, então o prazo não foi cumprido
- 12) Marcos, José, Renato e Luiz possuem carros de cores diferentes. Azul, branco, preto e vermelho, não necessariamente nessa ordem. Além disso, é sabido que:
- José e o dono do carro vermelho já dirigiram o carro branco.
 - Marcos e Renato conhecem o dono do carro preto.
 - O dono do carro vermelho conhece Luiz e estuda com Marcos.
 - Marcos não é dono do carro azul e não conhece Luiz.
- Nessas condições, é correto afirmar que:
- Luiz é dono do carro azul
 - José é dono do carro azul
 - Renato é dono do carro azul
 - Marcos é dono do carro vermelho
 - Marcos é dono do carro preto

- 13) Certa repartição pública têm três procuradores: Antônio, Bento e Carlos. Se Antônio veio trabalhar, o processo foi analisado. Se Bento veio trabalhar, o processo foi analisado e, se Carlos veio trabalhar, o processo não foi analisado. Se o processo foi analisado, é correto afirmar que:
- Antônio veio trabalhar e Bento veio trabalhar
 - Bento veio trabalhar
 - Antônio veio trabalhar ou Bento veio trabalhar
 - Carlos não veio trabalhar
 - Antônio veio trabalhar
- 14) Analisados 2300 processos em andamento verificou-se que 980 eram sobre pensão alimentícia, 860 eram sobre direitos trabalhistas e que 530 processos sobre nenhum dos dois. Nessas condições, e sabendo que pode haver, num mesmo processo, os dois assuntos, o total de processos que eram sobre somente um dos dois assuntos é igual a:
- 1770
 - 1840
 - 1470
 - 460
 - 1700
- 15) Considerando a sequencia lógica 2,3,2,3,4,6,12,18,48,72,..., então a soma dos dois próximos termos dessa sequencia representa o prazo, em dias, da expiração de um processo. Nessas condições, esse processo expira daqui:
- 600 dias
 - 360 dias
 - 240 dias
 - 480 dias
 - 324 dias
- 16) Após uma investigação sobre sonegação fiscal, foram recuperados 3 milhões de reais do valor total sonegado, no primeiro mês. Em seguida, no segundo mês, foram recuperados $\frac{9}{4}$ do valor total sonegado (em milhões). Já no terceiro mês, foram recuperados $\frac{27}{16}$ do valor total sonegado (em milhões). Se a cada mês, indefinidamente, forem recuperados valores seguindo a sequencia dos meses anteriores, então o valor total sonegado será igual a:
- 9 milhões de reais
 - 12 milhões de reais
 - $\frac{17}{4}$ milhões de reais
 - $\frac{25}{16}$ milhões de reais
 - 8 milhões de reais
- 17) Sabe-se que $\frac{1}{3}, \frac{4}{5}, \frac{7}{7}, \frac{10}{9}, \dots$ é uma sequencia lógica ilimitada. Desse modo, a soma entre os números da fração (numerador e denominador) que representa o 100º termo da sequencia representa a senha de acesso aos dados de um processo em andamento. Portanto, a senha de acesso deve ser o número:
- 497
 - 501
 - 499
 - 503
 - 495

18) Quanto ao fenômeno da reversão no serviço público, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, analise os itens abaixo:

- I. Reversão é o reingresso no serviço público de servidor aposentado somente quando são insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- II. A reversão, quando do interesse da Administração, poderá ocorrer através de ato de designação, cabendo ao servidor, pelos encargos do exercício ativo, a percepção de adicional de remuneração no valor de sessenta por cento dos proventos integrais referentes à retribuição normal do cargo em que se aposentou.
- III. A reversão também é observada quando há interesse e requisição da Administração Pública, respeitando-se a opção do servidor.
- IV. O tempo de designação do servidor revertido não será considerado para fins de cálculo do adicional por tempo de serviço a ser futuramente incorporado aos proventos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas III está correto
- b) Apenas I e III estão corretos
- c) Apenas II e IV estão corretos
- d) I, II, III e IV estão corretos
- e) I, II, III e IV estão incorretos

19) Sobre o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, assinale a alternativa correta:

- a) A composição do Órgão Especial é feita apenas pelo critério de antiguidade, ressalvadas 4 (quatro) vagas pelos integrantes da Mesa Diretora
- b) O Órgão Especial funciona no exercício delegado das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência originária do Tribunal Pleno
- c) A presidência do Órgão Especial será ocupada pelo Presidente do Tribunal, sendo substituído, nas ausências e impedimentos, somente pelo 1º Vice-Presidente e o desembargador mais antigo, nesta ordem
- d) O Órgão Especial é constituído por 22 (vinte e dois) Desembargadores
- e) Em caso de empate no julgamento prevalecerá o voto do desembargador mais antigo

20) O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos é integrado por órgãos de gestão, unidades jurisdicionais e unidades conveniadas, públicas ou privadas. Fazem parte do núcleo os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC), sobre eles assinale a alternativa correta:

- a) Os CEJUSC são dirigidos por juízes coordenadores, designados pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco
- b) O juiz coordenador do CEJUSC não exercerá sua função em regime de acumulação
- c) Os CEJUSC não têm atribuição para promover solução consensual de conflitos de natureza previdenciária
- d) O magistrado coordenador do CEJUSC, a partir de sua designação, passa à condição de juiz auxiliar em uma das unidades jurisdicionais da respectiva jurisdição a que se vincular o Centro de Conciliação, cabendo à Vice-Presidência a escolha e designação
- e) Cabe ao juiz coordenador do CEJUSC gerir todas as atividades da unidade, inclusive com competência para homologar, por sentença, os termos de acordo de conciliação ou mediação celebrados no âmbito do Núcleo

21) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) entrou em vigor no ano de 2009 e estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para o melhor desenvolvimento sustentável. Sobre o tema, assinale a alternativa que não identifica um dos instrumentos estabelecidos pela referida Política Pública:

- a) Resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima
- b) Avaliações e classificações expedidas por agências de avaliação de risco sob viés econômico, financeiro e ambiental
- c) Linhas de pesquisa por agências de fomento
- d) Indicadores de sustentabilidade e monitoramento climático nacional
- e) Plano Nacional sobre a Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima

22) As licitações têm por objetivo garantir a observância de preceitos constitucionalmente estabelecidos, em especial, o da isonomia, delimitando a seleção de proposta mais vantajosa para a administração e promovendo o desenvolvimento nacional sustentável. Neste contexto, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, nos processos de licitação não poderá ser estabelecida margem de preferência para:

- a) Serviços nacionais que atendam aos requisitos delimitados por normas técnicas nacionais
- b) Bens produzidos por pessoas jurídicas que atestem o cumprimento de regras de acessibilidade previstas na legislação brasileira
- c) Produtos manufaturados tecnicamente aptos de acordo com as normas brasileiras
- d) Bens fabricados por subsidiária brasileira de empresa sediada no exterior que atendam às normas ambientais e cujo conteúdo apresente 75 % (setenta e cinco por cento) de componentes brasileiros
- e) Serviços prestados por empresas que comprovem reserva de cargo para pessoas com deficiência

23) Atualmente vigora no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei nº 12.305/2010. Conforme consta na norma, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada uma ordem de prioridade específica. Com base no texto legal, observe os itens abaixo e assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de prioridade:

- I. Redução;
- II. Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III. Reutilização;
- IV. Tratamento dos resíduos sólidos;
- V. Não geração;
- VI. Reciclagem.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência na ordem correta.

- a) V, II, III, I, IV e VI
- b) I, VI, III, IV, II e V
- c) V, VI, III, I, IV e II
- d) I, VI, V, IV, II e III
- e) V, I, III, VI, IV e II

24) A Lei nº 13.146/2015 foi promulgada com o intento de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. Em um dos seus artigos foi estabelecida a avaliação biopsicossocial da deficiência. Quanto ao tema, assinale a alternativa que não identifica um dos critérios expostos na referida norma para aferição da deficiência:

- a) A limitação no desempenho das atividades pela pessoa tida como deficiente
- b) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais do avaliando
- c) Construção da linguagem e saúde psiquiátrica
- d) Restrição de participação por parte do indivíduo
- e) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo

25) A Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário às normas nacionais e internacionais sobre direitos das pessoas com deficiência e sua respectiva inclusão. Quanto aos dispositivos trazidos na referida norma administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) É defeso ao Poder Judiciário e a seus serviços auxiliares impor ao usuário com deficiência custo anormal, direto ou indireto, para o acesso ao serviço público oferecido
- b) A formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade terão como única premissa básica o planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos
- c) Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, sete por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação de libras
- d) Os órgãos do poder judiciário deverão promover acessibilidade aos usuários por meio de atendimento público, pessoal, por meio telefônico ou por qualquer meio eletrônico, inclusive aceitando apenas o uso de linguagem de sinais
- e) Para atender aos usuários externos com deficiência, os órgãos do Judiciário deverão reservar nas áreas de estacionamento abertas ao público vagas próximas aos acessos de circulação em percentual equivalente a três por cento do total

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) Não se exige a criação de processos licitatórios quando houver inviabilidade de competição. Assinale a alternativa em que não se verifica uma hipótese de inexigibilidade disposta em lei.

- a) Contratação de assessoria de cunho tributária capitaneada por profissional de notória especialização
- b) Restauração de obras de arte e bens de valor histórico por empresa especializada
- c) Confecção de campanha publicitária por agência especializada
- d) Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal de natureza excepcional mediante contratação de consultoria renomada
- e) Contratação de artista renomado para realização de uma apresentação pública

27) Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) sobre dispensa de licitação.

- () Contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos
- () Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado
- () Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento
- () Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, sem necessidade de certificação de autenticidade, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade
- () Celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, F, F, V
- b) F, F, F, V, V
- c) V, V, V, F, F
- d) V, V, V, F, V
- e) F, V, F, V, V

28) Sobre as sociedades de economia mista, analise os itens abaixo.

- I. As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por meio de lei específica, sendo que sua área de atuação é definida por lei complementar.
- II. Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da Administração Indireta.
- III. É vedado à sociedade de economia mista o lançamento de debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- IV. A sociedade de economia mista deverá, por força de lei, divulgar anualmente relatório integrado ou de sustentabilidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) I, II, III e IV são corretos
- b) Apenas I, III e IV são incorretos
- c) Apenas I e III são incorretos
- d) Apenas III é incorreto
- e) Apenas I e IV são corretos

29) A Constituição Federal estabelece bases para o bom exercício da Administração Pública. Neste contexto, assinale a alternativa que não reflète mandamento constitucional relacionado ao tema.

- a) Os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Executivo
- b) O direito de greve no serviço público é permitido, nos limites instituídos em lei específica
- c) Apenas aos brasileiros natos há acesso a cargos, funções e empregos públicos, desde que preenchidos requisitos estabelecidos em lei
- d) É possível a contratação de servidor público temporário, devendo existir lei específica tratando sobre o tema e sua excepcionalidade
- e) As funções de confiança são destinadas apenas àquelas de chefia, assessoramento e direção

30) Dentre os poderes da Administração se destaca o poder regulamentar, consubstanciado na edição de atos normativos com a finalidade de produzir disposições operacionais uniformizadoras à execução da lei. Considerando o texto da Constituição da República, bem como os conhecimentos gerais sobre o Direito Administrativo brasileiro, assinale a alternativa correta sobre os regulamentos.

- a) É possível a emissão de um decreto que objetive a extinção de órgão público, evitando assim o aumento de despesas públicas
- b) A emissão de decretos é um ato privativo do Presidente da República
- c) O decreto serve para extinguir cargos públicos, mesmo quando preenchidos
- d) Os decretos devem ser expedidos quando não existir lei tratando sobre tema específico vinculado à Administração Pública
- e) É possível a expedição de decreto criando medida cautelar patrimonial em âmbito processual penal, quando verificada a existência de possíveis crimes contra a Administração Pública

31) É cediço que a Administração Pública goza de poder de polícia quando do desempenho de suas atividades em prol do bem comum. Sobre o tema, assinale a alternativa que contenha proposição acertada sobre o conceito de poder de polícia.

- a) Atividade que se expressa em atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral e na forma da lei, condicionando a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, repressivas ou preventivas
- b) Ato de característica estritamente discricionária, que tem por objetivo limitar a atuação do particular que se mostre prejudicial ao convívio social
- c) Atuação inerente ao Estado que impõe coercitivamente aos particulares o dever de fazer algo, a fim de que seus atos se mostrem como comportamentos alinhados aos interesses sociais, mesmo na inexistência de lei
- d) Característica inerente da Administração Pública de atuar de modo preordenado à responsabilização dos violadores da ordem jurídica, em conformidade com a legislação processual penal
- e) Poder de caráter unicamente positivo, em que a Administração exige um ato de *facere*, ou seja, ativo, em nítida consonância com o conceito de serviço público

32) As autarquias fazem parte da organização da Administração Federal e têm papel importante na realização de tarefas primordiais ao coerente exercício da atividade pública. Sobre o tema, assinale a alternativa que contém a definição legal de autarquia.

- a) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo é levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito
- b) Instituição dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes
- c) Fundação dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta
- d) Órgão da Administração direta que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios
- e) Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada

33) Empresa pública é a pessoa jurídica criada como instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de Direito Privado, mas submetida a regras especiais decorrentes de sua vinculação à atividade estatal. Sobre o regime societário das empresas públicas, assinale abaixo a alternativa incorreta.

- a) Detém a obrigação de divulgar tempestivamente informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração
- b) O estatuto social da empresa pública deverá prever a possibilidade de que a área de *compliance* se reporte diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furta à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada
- c) Deve ser elaborada política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública
- d) A empresa pública deve proceder à divulgação semestral de relatório de sustentabilidade
- e) O estatuto da empresa pública deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno e composição da administração

34) Sobre a responsabilidade do Estado, analise os itens abaixo.

- I. Entende-se por responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado a obrigação que lhe incumbe de reparar economicamente os danos lesivos à esfera juridicamente garantida de outrem e que lhe sejam imputáveis em decorrência de comportamentos unilaterais, lícitos ou ilícitos, comissos ou omissivos, materiais ou jurídicos.
- II. Historicamente houve uma evolução na compreensão de responsabilidade do Estado, iniciando-se pela implicação jurídica do princípio da irresponsabilidade estatal, entendido como a inadmissibilidade do processamento do Estado por conduta lesiva praticada.
- III. É permitida a responsabilidade objetiva do Estado, ao passo que, em razão de um expediente lícito ou ilícito, produz uma lesão na esfera juridicamente protegida de outrem, sem que pra isso seja essencial uma análise do dolo ou da culpa, tão simplesmente a configuração da relação causal entre o comportamento e o dano.
- IV. A culpa do lesado não é uma causa excludente de responsabilidade do Estado, haja vista a inexistência de nexo causal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretos
- b) Apenas II, III e IV estão incorretos
- c) Apenas I e III estão incorretos
- d) Apenas o III está correto
- e) I, II, III e IV estão corretos

35) A Casa Superior do Congresso Nacional serve como expressão da representação dos Estados e do Distrito Federal perante o Poder Legislativo Federal. Neste contexto, assinale a alternativa que não apresenta atribuição exclusiva do Senado Federal.

- a) Eleger membros do Conselho da República
- b) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa
- c) Aprovar a escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal
- d) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União e dos Estados
- e) Processar e julgar membro do Conselho Nacional do Ministério Público nos crimes de responsabilidade

36) Identifique e assinale a alternativa que apresenta informação incorreta sobre a atividade exercida pela Advocacia Geral da União.

- a) Caberá ao Presidente da República nomear o Advogado-Geral da União, que deverá ser cidadão com notável saber jurídico e maior de trinta anos
- b) O ingresso nas classes iniciais da carreira da Advocacia Pública se dará unicamente por meio de concurso público
- c) É reservada à Advocacia Geral da União as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo
- d) Não cabe à Advocacia Geral da União a representação do Estado na execução da dívida ativa de natureza tributária
- e) Após três anos de exercício efetivo, realizada avaliação de desempenho, será garantida estabilidade ao ocupante de cargo no ramo da Advocacia Pública

37) Sobre as medidas provisórias, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada a edição de medida provisória dispondo sobre direito processual penal.
- II. O Congresso Nacional terá o prazo improrrogável de sessenta dias para converter (ou não) a medida provisória em lei.
- III. Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- IV. É vedada a reedição, nas próximas duas sessões legislativas, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é correto
- b) Apenas I e III são incorretos
- c) I, II, III e IV são incorretos
- d) Apenas IV é correto
- e) Apenas II e III são corretos

38) A organização político-administrativo do Brasil é tema central no texto da Constituição da República. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) É de competência exclusiva da União legislar sobre matérias referentes ao acesso à cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação
- b) Os Estados são organizados por meio de Lei Orgânica aprovada em suas respectivas Assembleias Legislativas
- c) O número de vereadores é variável de acordo com o número de habitantes do Município. Nas cidades com até 300.000 (trezentos mil) habitantes esse número está limitado a 22 (vinte e dois) vereadores
- d) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados
- e) Compete aos Estados legislar sobre trânsito e transporte

39) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004 e apresenta papel de destaque no cenário político-jurídico do país. Considerando o papel de proeminência do citado Conselho, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. O Conselho Nacional de Justiça é formado por 15 (quinze) membros, dentre eles, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e cidadãos de notável saber jurídico.
- II. É vedada a recondução ao cargo de membros do Conselho Nacional de Justiça.
- III. Cabe ao Conselho Nacional de Justiça rever, apenas mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- IV. O Conselho Nacional de Justiça elabora, anualmente, relatório estatístico contendo informações sobre processos e o número de sentenças prolatadas em todos os estados da Federação.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é correto
- b) Apenas II e III são corretos
- c) Apenas II e IV são corretos
- d) Apenas IV é correto
- e) I, II, III e IV são corretos

40) Assinale a alternativa que apresenta o posicionamento correto sobre as atribuições dos Ministros de Estado.

- a) Expedir decretos com a finalidade de regulamentar textos de lei
- b) Praticar atos atinentes a outras pastas, independentemente de autorização do Presidente da República
- c) Apresentar ao Presidente da República relatório semestral de sua gestão frente ao respectivo Ministério
- d) Conceder, por delegação do Presidente da República, indulto
- e) Extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei

41) No ano de 1998 o regime jurídico dos servidores públicos sofreu grande mudança em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 18, de 1998. Com base no contido na Constituição Federal, analise os itens abaixo.

- I. Os detentores de mandato eletivo serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- II. Os servidores com mais de dois anos de efetivo exercício nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público gozam de estabilidade.
- III. O servidor público só perderá o cargo em virtude de sentença penal condenatória prolatada por órgão colegiado de segunda instância.
- IV. É assegurado ao servidor público o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e III são incorretos
- b) Apenas II é correto
- c) Apenas I é incorreto
- d) Apenas II e III são corretos
- e) Apenas IV é incorreto

42) Assinale a alternativa que não indica Direitos Sociais dispostos no texto constitucional.

- a) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
- b) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa
- c) Irredutibilidade do salário, mesmo na existência de convenção ou acordo coletivo
- d) Licença-paternidade
- e) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa

43) Assinale a alternativa que **não** contem uma regra estabelecida legalmente para a fase externa do pregão.

- a) Colocação à disposição de qualquer pessoa para consulta as cópias do edital e do respectivo aviso
- b) Fixação do prazo de 20 (vinte) dias úteis para apresentação de documentação adicional para o processo
- c) Exposição de aviso contendo a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital
- d) Determinação de abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, após encerramento da fase competitiva
- e) Declaração do licitante vencedor, após a verificação do atendimento aos itens contidos no edital

44) **Não** se configura motivo para a rescisão do contrato entre o particular e administração pública para realização de alguma obra ou serviço.

- a) A cessão parcial não admitida no edital de licitação
- b) A decretação da falência
- c) Atraso inferior a 90 (noventa) dias por parte da Administração Pública
- d) Ausência de liberação, por parte da Administração Pública, de local de execução de obra pública
- e) Lentidão no cumprimento da obra capaz de impossibilitar a conclusão de uma obra pública

45) Assinale a alternativa que **não** contém hipótese de dispensa de licitação.

- a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem
- b) Quando houver intervenção por parte da União para regular preços ou normalizar o abastecimento
- c) Celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais
- d) Fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam baixa complexidade tecnológica
- e) Contração de entidades privadas, sem fins lucrativos, para construção de cisternas para acesso à água para consumo humano

46) Sobre os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, analise os itens abaixo.

- I. É vedada a participação no processo administrativo de servidor que esteja litigando judicialmente com o cônjuge do interessado.
- II. Concluída a instrução no processo administrativo, a autoridade terá o prazo de 90 (noventa) dias para decidir sobre o caso.
- III. A desistência do interessado sempre obstará a tramitação do procedimento administrativo.
- IV. A administração pode revogar seus próprios atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitando os direitos adquiridos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e III são corretas
- b) Apenas II e IV são correta
- c) Apenas I e IV são corretas
- d) Apenas II e III são corretas
- e) I, II, III e IV são corretas

47) Há no ordenamento jurídico brasileiro diversas modalidades de licitação, sobre elas analise os itens abaixo.

- I. Concorrência pressupõe a participação de quaisquer interessados que comprovem deter os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- II. Concurso é a modalidade que estabelece a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, através de prêmios ou remuneração aos vencedores, cujos requisitos constarão em edital publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- III. Tomada de preços se verifica quando há a competição entre interessados, sem cadastro prévio
- IV. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é incorreta
- b) Apenas II é incorreta
- c) Apenas III é correta
- d) Apenas II e III são corretas
- e) Apenas I e II são incorretas

48) Assinale a alternativa que **não** contém uma autarquia federal.

- a) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- b) Ordem dos Músicos do Brasil
- c) Universidade Federal de Pernambuco
- d) Comissão de Valores Mobiliários
- e) Serviço Federal de Processamento de Dados

49) Terão legitimidade para apresentar recurso em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, **exceto**.

- a) Aqueles cujos direitos foram indiretamente afetados pela decisão proferida
- b) Empresas privadas cujo objeto é prestação de serviços ao setor público
- c) Associação quando a decisão dispor sobre interesses difusos
- d) Organizações e associações representativas na hipótese de se relacionar com interesses coletivos
- e) Os titulares de direito que forem parte no processo

50) Assinale a alternativa que **não** contempla uma hipótese de verificação da requisição administrativa.

- a) Estado de guerra
- b) Proteção da saúde de comunidades
- c) Proteção do meio ambiente ante possível degradação
- d) Inundação de grandes proporções
- e) Epidemia

PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO

Transcreva a redação contendo no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Considere o texto abaixo:

Na longa história da desinformação, o surto atual de notícias falsas já ocupa um lugar especial, com uma assessora presidencial norte-americana, Kellyanne Conway, que chegou a sacar da manga um massacre em Kentucky para defender que se proibisse a entrada no país de viajantes de sete países muçulmanos. Mas a invenção de verdades alternativas não é tão infrequente, e equivalentes às mensagens de texto e aos tuítes cheios de veneno de hoje podem ser encontrados em quase todos os períodos da história, inclusive na Antiguidade.

Procópio, o historiador bizantino do século VI, escreveu um livro cheio de histórias de veracidade duvidosa, *História Secreta* (Anedota no título original), que manteve em segredo até sua morte, para arruinar a reputação do imperador Justiniano, depois de ter mostrado adoração a ele em suas obras oficiais. Pietro Aretino tentou manipular a eleição do pontífice em 1522 escrevendo sonetos perversos sobre todos os candidatos menos o preferido por seus patronos, os Médicis, e os prendendo, para que todo mundo os admirasse, no busto de uma figura conhecida como Il Pasquino, perto da Piazza Navona, em Roma. Os pasquins se transformaram em um método habitual para difundir notícias desagradáveis, em sua maioria falsas, sobre personagens públicos. [...]

(Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em 20/08/17)

A partir da leitura do texto de apoio acima e com base em seu conhecimento de mundo, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

“Qual o espaço da verdade nas relações interpessoais na sociedade contemporânea?”

Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

